

DOI: 10.5281/zenodo.21881619

MEMÓRIAS DA PERDA: ANÁLISE PSICOSSOCIAL DAS NARRATIVAS DE FAMILIARES DAS VÍTIMAS DA COVID-19

Memories of Loss: A Psychosocial Analysis of the Narratives of Family Members of Covid-19 Victims

Thiago José Martinelli Schroeder

Ana Beatriz Wanderley de Oliveira Guimarães

Orlando Afonso Camutue Gunlanda

Resumo: Este artigo realiza uma análise psicossocial da experiência da pandemia de COVID-19 no Brasil, a partir de entrevistas narrativas com 13 familiares enlutados. Utilizando o conceito de necropolítica de Mbembe (2016) como referencial teórico, a pesquisa investiga como as ações e omissões do Estado foram percebidas por aqueles que perderam seus entes queridos. Os resultados revelam que a gestão governamental, caracterizada pelo negacionismo científico, pela minimização da crise e pelo atraso na aquisição de vacinas, foi interpretada pelos participantes não como falha administrativa, mas como uma política deliberada de morte.

Palavras-chave: Memória; Luto; Necropolítica; COVID-19; Psicologia Social.

Abstract: This article presents a psychosocial analysis of the COVID-19 pandemic experience in Brazil, based on narrative interviews with 13 bereaved family members. Using Mbembe's (2016) concept of necropolitics as a theoretical framework, the research investigates how the actions and omissions of the State were perceived by those who lost loved ones. The results reveal that the government's management, characterized by scientific denialism, minimization of the crisis, and delays in vaccine acquisition, was interpreted by the participants not as an administrative failure, but as a deliberate policy of death.

Keywords: Memory; Grief; Necropolitics; COVID-19; Social Psychology.

INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19, como a maior crise sanitária do século XXI até o momento, impôs novos desafios à experiência da perda. Até abril de 2024, dados globais contabilizaram

cerca de 7.010.681 óbitos causados pelo novo coronavírus (Worldometer, 2025), dos quais aproximadamente 715.610 foram de brasileiros (Brasil, 2025). Milhões de pessoas foram simultaneamente afetadas, perdendo familiares, parceiros, amigos e colegas, e vivendo um luto coletivo marcado por incertezas, isolamento e pela impossibilidade de despedidas adequadas. Esse luto pandêmico distingue-se do tradicional pela escala global da tragédia, pela ruptura dos rituais de despedida e pela perda de entes queridos de forma abrupta, sem poder presenciar os últimos momentos devido a protocolos sanitários e o isolamento social necessário na época (Dantas et al., 2020; Crepaldi et al., 2020).

Ao mesmo tempo, a dimensão sociopolítica agravou ainda mais o sofrimento, especialmente no Brasil, onde o discurso oficial do Estado minimizou as mortes e promoveu um negacionismo que banalizou o luto. Autoridades desdenharam da COVID-19, com o próprio Presidente da República na época chamando-a de gripezinha e questionando os números de mortos, utilizando-se do negacionismo como estratégia de gestão do quadro sanitário da época. (Duarte; César, 2020). O ex-presidente também travou uma batalha direta contra a mídia e canais de jornalismo, ao realizar tentativas de manipulação ou restrição de informações, evidenciando uma disputa por controle das narrativas legítimas sobre o quadro sanitário enfrentado pelo país (Camargo; Motta; Mourão, 2021).

Nesse contexto, o conceito de necropolítica, formulado por Achille Mbembe (2016), que refere-se à lógica na qual o Estado utiliza-se do poder social e político para determinar quem vive e quem morre, torna-se uma lente analítica crucial para compreender o modo como o Estado brasileiro conduziu a pandemia. Mbembe (2016) situa a necropolítica como uma lógica de poder que transforma certos corpos e territórios em espaços de extermínio e abandono. Dessa forma, o Estado não apenas falha em proteger, mas deliberadamente ativa mecanismos de exposição à morte para certas populações, seja pela violência direta, seja pela omissão.

Durante a pandemia o Brasil tornou-se um dos epicentros globais da crise sanitária, e a resposta do governo federal caracterizou-se por um conjunto de ações e omissões que expressam explicitamente a racionalidade da necropolítica (Muniz et al., 2021). Desde os primeiros meses de 2020, o então Poder Executivo, especialmente na figura da presidência, minimizou sistematicamente a gravidade da COVID-19, negou-se a coordenar políticas de saúde federais para lidar com a questão, desautorizou especialistas e desacreditou as recomendações da Organização Mundial da Saúde (Cueto et al., 2022).

O então presidente da República também trazia falas de chacota da situação, com discursos como descrever o vírus como uma “gripezinha”, afirmar que o brasileiro “não pega

nada, pula em esgoto e não acontece nada”, e que era preciso “enfrentar o vírus como homem e não como moleque”, ao mesmo tempo que desincentivava o uso de máscaras e o distanciamento social (Hur; Cameselle; García, 2021). Na prática, esse negacionismo não apenas orientou práticas governamentais, mas instituiu uma narrativa que normalizou a morte em massa, transformando o sofrimento coletivo em, no máximo, estatística (Hur; Cameselle; García, 2021).

Consequentemente, o governo federal recusou-se a coordenar uma resposta nacional, deixando a cargo de Estados e municípios a adoção de medidas de contenção do vírus e proteção da população. Esse fato foi comprovado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia em seu relatório final, no qual destaca uma notória ausência de políticas integradas e/ou de uma coordenação nacional no enfrentamento da pandemia, forçando Estados e municípios a desenvolverem estratégias próprias em um cenário de instabilidade institucional (Brasil, 2021). Muitas vezes, este abandono do suporte aos governos estaduais era feito junto a ataques verbais e ameaças políticas, como, por exemplo, quando o ex-presidente Jair Bolsonaro afirmou publicamente que os governadores que pregavam o isolamento social tinham “medinho do vírus” (Hur; Cameselle; García, 2021). Além disso, o governo Bolsonaro também desmontou estruturas de vigilância e planejamento em saúde, reduziu orçamentos do Sistema Único de Saúde (SUS) e promoveu a substituição de técnicos por militares sem experiência na área (Muniz et al., 2021).

Esse descaso se evidenciou na distribuição desigual dos riscos e das mortes. Políticas públicas negligentes e cortes orçamentários em saúde e assistência social ilustraram como determinados grupos foram socialmente tratados como descartáveis (Granada, 2020). Nesse sentido, grupos historicamente marginalizados, como negros e indígenas, bem como moradores de periferias e trabalhadores informais, foram desproporcionalmente afetados pela COVID-19 (Cueto, et al., 2022).

A desproporcionalidade ficou evidente com a forma como o governo ativamente negligenciou comunidades indígenas da Amazônia, atrasou o envio de oxigênio a Manaus e cortou recursos destinados à atenção básica, tudo enquanto priorizava discursos em defesa da economia e da abertura do comércio (Brasil, 2021; Cueto et al., 2022). A gestão da morte e dos rituais fúnebres, com protocolos de exceção que frequentemente violavam direitos, especialmente de comunidades marginalizadas, reforçou essa dinâmica, visto que, conforme aponta Edson Teles (2021), o conceito de grupo de risco no Brasil ultrapassou fatores estritamente clínicos ou etários para englobar recortes sociais de vulnerabilidade, como mulheres, negros, povos indígenas e moradores de periferias. Segundo o autor, foram esses os

segmentos que mais sentiram os impactos diretos e indiretos da pandemia, enfrentando desde o contágio até o desemprego, a impossibilidade de isolamento em moradias precárias e a violência do Estado.

Outro dos episódios mais emblemáticos da necropolítica na gestão da pandemia foi o atraso na compra de vacinas. Em 2020, o governo federal ignorou ofertas de milhões de doses do imunizante da farmacêutica Pfizer e ainda se negou a adquirir a CoronaVac, mesmo após anúncio do Ministério da Saúde de que a incluiria no plano de imunização, com o ex-presidente afirmando que “com certeza não vamos comprar a vacina chinesa” (Paraguassu, 2020; Suzuki; Yang, 2023; Brasil, 2021), o que consequentemente postergou o início da vacinação e resultou em milhares de mortes evitáveis. A CPI da Pandemia concluiu também que “a mais grave omissão do governo federal foi o atraso deliberado na compra de vacinas” (Brasil, 2021, p. 1276).

Além do atraso das vacinas, outro pilar de necropolítica aplicada à pandemia foi a promoção sistemática de medicamentos ineficazes, como a cloroquina e a ivermectina (Brasil, 2021). A insistência nesse protocolo paralelo de tratamento reforçou a ideia de que cada indivíduo deveria se responsabilizar por sua própria sobrevivência, lógica relacionada à racionalidade neoliberal, a qual transforma a vida em capital e o adoecimento em fracasso pessoal, deslocando o foco do cuidado coletivo para a autonomia ilusória do sujeito (Hur; Cameselle; García, 2021).

É justamente diante dessa falsa autonomia que Muniz et al. (2021) ecoam um termo primeiro utilizado por Pedro Rapozo (2020), e descrevem o Estado brasileiro durante a pandemia como uma entidade “presente-ausente”, a qual estaria presente na retórica autoritária e na interferência política, mas ausente no cuidado e na proteção de seus cidadãos. A violência discursiva de Bolsonaro, marcada pela ironia, insensibilidade e pelo desprezo, intensificou o sofrimento social, ao constantemente transformar a dor coletiva em objeto de escárnio público (Hur; Cameselle; García, 2021).

Dessa forma, para Hur, Cameselle e García (2021), a gestão de Bolsonaro configurou um “populismo anticiência” que construiu o saber científico como inimigo do povo, corroendo a confiança pública nas instituições de saúde e estimulando comportamentos de risco. Essa abordagem caracteriza uma governança da morte, consolidada como política de Estado, e não como simples incompetência administrativa (Muniz et al., 2021).

Mobilizados por essas discussões, realizamos uma pesquisa com pessoas que perderam seus entes queridos durante a pandemia. O objetivo deste estudo foi compreender de que maneira os familiares significaram suas experiências de perda em um contexto marcado pela

crise sanitária-humanitária, pelas desigualdades sociais e pelas decisões políticas que atravessaram a gestão da pandemia no Brasil. Dessa forma, focamos em ouvir suas narrativas acerca do adoecimento de seus entes queridos até eventual falecimento dos mesmos; das dificuldades de acesso a informações confiáveis sobre o vírus; da disputa de narrativas presente na época; e dos sentimentos de abandono, desamparo e indignação produzidos pela inação do governo federal.

SOBRE O PERCURSO METODOLÓGICO

A amostragem desta pesquisa foi composta por 13 entrevistas, coletadas por conveniência mediante uma chamada pública divulgada em plataformas *online*. Foram incluídos participantes maiores de 18 anos que vivenciaram a perda de um ente querido próximo (familiar, amigo ou parceiro) em decorrência da COVID-19, entre março de 2020 e março de 2022. Como critérios de exclusão, foram determinados: 1) Não possuir condições físicas e cognitivas para realizar a entrevista de forma voluntária e individual; e 2) Apresentar sintomas de Transtorno do Luto Prolongado Persistente, tais como saudade e sofrimento intenso e persistente, dificuldade em retomar atividades cotidianas, sentimento de vazio e negação da morte, mesmo 12 meses após a perda (Associação Psiquiátrica Americana, 2023).

O estudo delineou-se como uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo. Para a coleta de dados, optou-se pela entrevista narrativa. Este método permite aos participantes expressarem suas vivências de maneira espontânea e aprofundada, seguindo os princípios da Psicologia Narrativa, que entende a narrativa em si como metáfora central para a compreensão da identidade e das experiências humanas (Bruner, 1990). É por meio dela que o indivíduo estabelece relações, esclarece o que é duvidoso e organiza os próprios conhecimentos e experiências em relação a algo e ao outro (Bruner, 1986).

As entrevistas, realizadas presencialmente ou por videochamada conforme a disponibilidade e conforto dos participantes, seguiram o modelo de Schütze (1992; 2016) e aprofundado por Jovchelovitch e Bauer (2000). O procedimento iniciou-se com uma pergunta disparadora ("Gostaria que você me contasse, com toda a liberdade e nos detalhes que julgar importantes, como foi para você o processo de perda do seu ente querido pela COVID-19 e o que mudou na sua vida desde então."), seguido pela fase de narração-resposta do entrevistado, pautada na escuta ativa do entrevistador. Após a conclusão espontânea do relato, conduziu-se a fase de questionamentos, utilizando perguntas iminentes (baseadas no próprio discurso) para aprofundar tópicos específicos, evitando-se questões que induzissem a racionalizações. Todo o material foi gravado em áudio e transcrito integralmente.

Após concluídas as entrevistas, a análise dos dados seguiu os procedimentos da análise narrativa (Braun; Clarke, 2006; Crossley, 2000; Howitt, 2019). Iniciou-se com leituras repetidas para familiarização com os dados, progredindo para a identificação de temas narrativos recorrentes nas falas dos entrevistados, de forma a identificar os núcleos de sentido que estruturaram a experiência da perda para os participantes (Riessman, 2005). Estes emergem de forma orgânica das histórias contadas pelos participantes e podem envolver dimensões emocionais, simbólicas, entre outras, sendo formas pelas quais os participantes elaboraram a pandemia e o fenômeno da perda em si.

Embora a pesquisa original tenha explorado múltiplas facetas da experiência de perda, o foco analítico deste artigo específico restringe-se aos trechos dos relatos que mencionaram a gestão da pandemia de COVID-19 no Brasil e as condições psicossociais dela advindas, temas que mostraram-se como presentes em diversos dos relatos. Os fragmentos apresentados nos resultados foram editados minimamente para garantir clareza, removendo-se alguns marcadores conversacionais sem, contudo, alterar o conteúdo ou o sentido das falas originais. Os nomes reais dos entrevistados foram subtraídos de forma a proteger suas identidades e foram atribuídos pseudônimos a cada um deles. O quadro a seguir (Quadro 1) resume as informações básicas de cada participante, como o vínculo de cada um com o ente querido perdido, o ano da perda, a cidade e estado em que residem, bem como define o pseudônimo atrelado a cada um dos participantes.

Quadro 1 - Resumo das informações dos participantes da pesquisa

Participante (Pseudônimo)	Ente Querido Perdido	Ano da Perda	Cidade e Estado
João	Pai	2020	Itabira - MG
Antônia	Primo	2020	Joinville - SC
Juliana	Mãe	2020	Joinville - SC
José	Tio Avô	2021	São Gonçalo - RJ
Adriana	Mãe	2021	Joinville - SC
Patricia	Pai	2021	Joinville - SC
Julia	Pai	2021	Joinville - SC
Pedro	Esposa	2021	Recife - PE
Letícia	Mãe	2022	Joinville - SC
Amanda	Irmã	2020	Joinville - SC



Participante (Pseudônimo)	Ente Querido Perdido	Ano da Perda	Cidade e Estado
João	Pai	2020	Itabira - MG
Antônia	Primo	2020	Joinville - SC
Juliana	Mãe	2020	Joinville - SC
Alice	Avó	2021	Joinville – SC
Márcia	Marido	2021	Siderópolis - SC
Maria	Pai	2021	Joinville – SC

Fonte: Autoria própria (2025)

ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

A dor da perda e a indignação pela negligência

A partir dos relatos, foi possível observar que um dos temas mais comuns de serem trazidos de forma espontânea pelos entrevistados foi a correlação direta da perda do ente querido com a gestão do governo federal da pandemia. Para os entrevistados que abordaram essa temática, a morte do ente querido foi vista como o resultado direto da negligência, desinformação e de decisões políticas que configuraram uma política de morte na gestão da pandemia.

Essa percepção de que a morte de seu ente querido poderia ter sido evitada caso a gestão da pandemia pelo Governo Federal tivesse sido adequada surgiu nas falas dos participantes principalmente atrelada ao atraso na compra e distribuição de vacinas. Julia menciona esta situação em um contexto da morte de seu pai ter ocorrido muito próximo da disponibilidade das vacinas, “meu pai morreu uma semana antes da vacina. Então foi muito injusto.” Adriana também detalha a frustração com a hesitação do governo em relação à compra das doses:

Se a vacina tivesse sido liberada antes, se ela [mãe] tivesse tido a oportunidade de ser vacinada antes, quando foi criado: "Oh, tem uma vacina disponível", né? Mas por aquela: "Ah, não sei se é confiável, não vou liberar ainda, vamos ter que fazer teste." Ficou naquela ladainha, vai, não vai, vai, não vai, vai, não vai, muitas mortes, infelizmente, ali foram. Eu acho que se tivesse tido a oportunidade de ser vacinadas antes, eu acho que não haveriam tantas mortes. [...] Foi muito difícil pra mim, porque eu ficava muito revoltada porque poxa, por que que não liberaram a vacina, por que que não deixaram ela vacinar? (Adriana, 2025)

Posteriormente em sua narrativa, ela responsabiliza diretamente o ex-presidente Jair Bolsonaro:

Eu tenho esse sentimento de perca assim, mas eu tenho para mim que se a vacina tivesse sido liberada antes, quando foi dito, né, nos, nas redes sociais, ali na, na TV, que ó, foi criado, né, mas né, o presidente, infelizmente barrou, não quis deixar. Muitas vidas não teriam partido, assim, sabe? (Adriana, 2025)

Falas citando o então presidente Jair Bolsonaro, que ativamente minimizava a gravidade da doença em seus pronunciamentos, não ficaram contidas apenas neste relato. De fato, foi um ponto central de revolta trazido pelos entrevistados, com o ex-presidente sendo a figura política mais citada por nome como fonte de sofrimento e indignação. Pedro lembra vividamente essa retórica da minimização: “Houve uma propagação da parte da presidência da

República de que COVID era uma gripezinha, que era isso, que era aquilo, que era aquilo outro”. Ele recorda adicionalmente a sugestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, também propagada durante a pandemia, de buscar a imunidade de rebanho, "para poder a maioria morrer e não ter mais a doença da COVID". A raiva contra o então presidente também aparece clara na fala de Antônia:

Eu meio que sinto uma raiva, sabe? [...] Do Bolsonaro. De tudo que ele fez, sabe? De olhar e dizer, e eu lembro que eu disse para uma comadre minha que é Bolsonarista, eu falei: "Cara, isso é além de algo político. Isso é questão de ser humano, e vão vir dias sombrios." Eu dizia para ela, eu tinha essa sensação e, de fato, veio acontecendo. [...] Senti que me deu força pra ter a opinião mais do que eu já tinha. [...] Se eu pudesse ir pra frente, ir pra rua, talvez eu faria isso, não só por ele, mas ele [o primo falecido] me impulsionou. (Antônia, 2025)

Assim como foi com Antônia, que transformou sua insatisfação em motivação política, foi possível perceber que a revolta e insatisfação advinda desses pronunciamentos não limitou-se apenas ao período da pandemia para os entrevistados. Para João, por exemplo, a derrota de Jair Bolsonaro nas eleições de 2022 tornou-se um ato de vitória simbólico em memória de seu pai:

Quando, quando, é, o Bolsonaro perdeu, eu acho que mais importante do que o Lula ganhar foi o Bolsonaro perder. Quando o Bolsonaro perdeu, é, comemorei e tudo. E aí eu lembro de uma prima minha colocou no grupo da família, né? E aí ela coloca assim que que era pra gente comemorar muito mesmo, porque a gente, a gente sabia que aquilo ali era pro meu pai, sabe? (João, 2025)

Percebe-se que os principais sentimentos observados durante essas partes do relato foram o da raiva e da indignação. A partir da percepção dessa injustiça realizada contra seus entes queridos, os sujeitos assumiram para si o papel e a tarefa de denunciar, lembrar e dar visibilidade para o sofrimento experienciado durante o período da pandemia. Para eles, a dor da perda se transformou em forma de resistência, e a memória do outro é preservada como denúncia e exigência de reconhecimento. É o caso de José, ao relatar:

Eu fiquei com muita raiva. [...] Você vê o quão injusto é quem vive e quem morre. Eu acho que é isso, a raiva agora, eu ainda tenho um pouco, mas ela é muito mais contida. Virou quase um cinismo, assim, com algumas coisas que eu vejo. Principalmente de figuras públicas [...] que eu fico olhando e falando, "Tá, mas e o meu tio, sabe? [...] Essas mortes, elas estão sendo esquecidas [...] Cadê uma estátua para as pessoas que morreram?" (José, 2025)

E também de João, que afirma:

Eu acho que o mais triste é saber que não precisava, sabe? [...] E assim, eu acho que qualquer momento que eu perdesse meu pai seria a dor. Mas nesse

caso vem a raiva mesmo, sabe? De saber que não precisava, não precisava ser agora. Saber que ele morreu porque não tiveram cuidado, é foda, é pesado. (João, 2025)

Do negacionismo a impunidade: as experiências de indignação

O discurso negacionista do Governo Federal e de outras figuras públicas não limitou-se apenas às decisões tomadas por parte destes, mas também infiltrou-se nas relações sociais e de trabalho, legitimando desdém por parte da população civil quanto à pandemia e potencializando comportamentos de risco.

O pai de João, por exemplo, viu-se obrigado a trabalhar mesmo após a declaração do *lockdown*, pois seu patrão negava a gravidade do vírus, e neste momento veio a contrair a doença: "[...] ele [pai] tava indo trabalhar porque o patrão dele, né, negacionista também, e ele tava indo. Ele tava indo, sabe?". A frustração de ver os protocolos sanitários não sendo seguidos, principalmente logo após o falecimento do pai pela doença, também surgiu em seu relato como fonte de sofrimento. Ao chegar na cidade em que o pai morava para o enterro, encontrou bares e outros estabelecimentos abertos e funcionando, mesmo com o *lockdown* estando em efeito:

Eu lembro que é, foi muito louco, porque eu cheguei em Valadares e vi um monte de bar aberto, sabe? É, no meio do *lockdown*, Valadares foi o... o prefeito lá era negacionista [...]. É, e eu olhava, falava assim: "Caralho, meu pai morreu, vai para casa, gente." Sabe? Foda-se. (João, 2025)

Juliana também elabora sua fala no contexto da deslegitimação causada pelo discurso negacionista, ao tratar sobre como foi ter lidar com o negacionismo daqueles ao seu redor enquanto lidava com seu próprio luto:

Foi bem complicado ouvir as pessoas falar, "ah, COVID não, nem teve COVID, isso aí é mentira" e não sei o quê. Então, isso, isso pra mim me machucava, porque não, isso não é mentira, porque a minha mãe partiu por causa disso, né?. E, e, então, isso, isso me machucou bastante, assim, ouvir das pessoas, né? [...] Então, aí, é como, não sei, dizer, é como se fosse algo que eu tivesse falando e a pessoa falando que, tipo, "ah, tu tá mentindo, não é, né?". Então, é como se a pessoa debochasse de uma coisa que eu sei que a minha mãe faleceu disso, de algo que foi muito difícil pra todos, né? Acompanhar 28 dias ela no hospital, saber do sofrimento que ela estava passando. Então, isso acabava sendo revoltante, ouvir das pessoas, assim, machucava bastante ouvir que não, que não existia COVID. [...] tem muitas pessoas que não acreditam, que acha que isso foi política, que isso foi, é, alguém ganhou muito dinheiro. (Juliana, 2025)

Essa percepção também se estende para uma sensação de impunidade atualmente contra quem propagou discursos negacionistas durante o período e aqueles que podem

eventualmente ter obtido ganhos próprios com o cenário de crise que ajudaram a instaurar. Pedro é categórico ao afirmar: “A culpa é dos nossos governantes, todos eles, independente de presidente, de quem quer que seja. [...] A sensação foi de impunidade. Impunidade. A sensação foi de impunidade.”

Esta percepção de injustiça, expressa na raiva e na revolta dos participantes, encontra validação para além das narrativas individuais. A péssima gestão governamental, reiterada aqui, manifestou-se nos discursos negacionistas, no excesso de mortes e no apagão de dados promovido pelo governo (Orellana et al., 2021). A omissão deliberada e as condutas comissivas do Governo Federal, conforme documentado extensivamente pelo Relatório Final da CPI da Pandemia (Brasil, 2021), resultaram em milhares de mortes evitáveis. As falas dos entrevistados não reagem apenas a uma perda trágica, mas a uma política de Estado que, ao tornar vidas descartáveis, valida a tese necropolítica (Mbembe, 2016) discutida anteriormente.

Ser testemunha desta injustiça sistêmica, contudo, possibilita também um deslocamento psicológico e político fundamental. Assumir esse papel é assumir uma posição ativa na preservação da memória coletiva e na resistência ao apagamento histórico. Diante destes fatos, a perda é ressignificada, coletivizada e transforma-se em luta, para dar voz ao que foi silenciado, preservar a verdade sobre o que ocorreu e ter reconhecimento sociopolítico. É neste processo que se forja um outro tipo de consciência política, no qual a raiva e a dor dão lugar a uma predisposição para intervenção, manifestada, por exemplo, na organização de associações de vítimas, como a Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 (AVICO), que buscam ativamente a responsabilização e a justiça (Nascimento, 2024). A testemunha deixa de ser apenas um sujeito que sofre a injustiça e torna-se um agente político que a denuncia.

As despedidas que não foram feitas: os impactos da fragilidade da gestão

A descoordenação governamental e a racionalidade necropolítica que pautaram a gestão da pandemia, conforme discutido anteriormente, não operaram apenas na produção exponencial das mortes, mas estenderam-se à administração utilitarista dos corpos. A falência institucional em promover um manejo da crise amparado por diretrizes psicossociais humanizadas transformou as restrições sanitárias em mais um mecanismo de apagamento dos sujeitos. É nesse prolongamento da negligência estatal que a impossibilidade de realizar rituais fúnebres tradicionais constitui outro tema comum no relato dos participantes. Este tema narrativo manifestou-se nos relatos de diversas maneiras além da ausência de um velório, como

em memórias do ente querido em um caixão lacrado, do corpo envolto em um saco preto e da sensação de subitaneidade, irreabilidade e incompletude da perda.

Dentro dessa temática, Edgar Morin (1973) destaca que os ritos fúnebres são estruturantes e essenciais para as sociedades humanas, pois permitem transformar o trauma da morte em um processo de memória coletiva. Para o autor, os funerais operam como mecanismos de ultrapassamento de crise, conciliando dilaceração e angústia com esperança e consolação. A suspensão desses rituais durante a pandemia dificultou a memorialização e a integração da perda à vida social e perpetuou um estado de luto sempre em aberto (Dantas et al., 2020).

Além da impossibilidade de rituais fúnebres tradicionais, alguns dos relatos trouxeram à tona que o contexto pandêmico também adicionou a essa problemática um outro tipo de sofrimento: uma dúvida angustiante sobre se o corpo enterrado era de fato do ente querido. Na maior parte das narrativas, mesmo naquelas que tiveram a possibilidade de rituais de despedida, a família não pôde ver o corpo do falecido, por questão de protocolos de segurança contra possíveis infecções. Esse fato é visto no relato de muitos dos entrevistados, como por exemplo no de Patrícia:

E aí o caixão é todo lacrado. Não pode ter nem aquela janelinha para tu ver o rosto. Nada. Nem sei se era o meu pai que tava lá dentro. Tu não tem a certeza de, o caixão tava pesado, mas será que era o meu pai que tava lá dentro? Não sei se era ele mesmo que tava lá. Não tinha nem como verificar o rosto dele. (Patrícia, 2025)

E de maneira muito similar no de Letícia:

E aquela dúvida, será que é o corpo dela que tava no caixão? Aí é onde que vem. As amigas dela que cuidou dela, e elas me garantiu que era. O pastor dela, eu nunca imaginava que era o pastor dela, mas foi o pastor dela que arrumou o corpo dela, tipo, colocou no saco, colocou dentro do caixão, que ajeitou o caixão. Então, era ela. Sabe? Mas foi bem, meu, é que nem eu falo, aqui eu tenho a minha realidade. Lá, não é a minha realidade. Pra quem ficou, até hoje tem um vazio. (Letícia, 2025)

E também no de Amanda:

Ela faleceu e a gente também não pôde vê-la, a gente não conseguiu ver o corpo dela, não conseguiu, né? A gente enterrou um caixão lacrado que, tipo, com dúvida se era ela mesma que estava lá dentro, né? (Amanda, 2025)

Ademais, Alice resume bem a dificuldade que era ter esse questionamento mesmo quando existe a possibilidade de realizar o sepultamento:

Foi uma cerimônia bem rápida, de uma ou duas horas, o máximo, assim. E com o caixão lacrado, né? Então, assim, que nem a gente sempre fala, né, tu nem tem certeza absoluta de quem tá dentro daquele caixão, é uma coisa assim, chata, difícil, né, de viver, né? Na verdade, foi uma cerimônia muito mais, você olhando uma caixa de madeira, foi essa a sensação que tu tinhas, sabe? Porque foi uma coisa assim, surreal. Essa é a palavra, surreal. Aquilo ali é uma coisa que ninguém deveria passar, sabe? Ninguém deveria passar, porque é chocante. É bem chocante. (Alice, 2025)

De igual modo, a imagem do corpo ou dos pertences do ente querido envoltos em um saco plástico é uma das memórias mais brutais, simbolizando a redução do indivíduo a um objeto. Letícia nem sequer pôde receber os pertences de sua mãe, pois segundo ela foi informada que tudo poderia estar potencialmente contaminado:

O corpo do COVID não podia ficar muito tempo no hospital. O COVID tinha que ser ensacado rápido e as coisas dela foi jogado fora. Bijuteria dela foi jogado fora, é, os cremes, as coisas, tudo foi eliminado. (Letícia, 2025)

Patrícia também descreve essa situação com profunda tristeza:

E o mais triste de tudo, assim, ó, que no Covid tu não pode levar nenhuma roupa pra pessoa colocar pra ficar no caixão. Eles colocam como se fosse um saco de lixo, um saco preto. Fechou lá e joga. (Patrícia, 2025)

Para Alice, essa foi uma das experiências mais chocantes:

Saber que ela foi enterrada, sem roupas, dentro de um saco preto. É, você não poder se despedir. Isso para mim foi uma coisa assim, muito, muito, muito que, assim, mexeu muito comigo, tá? (Alice, 2025)

A ausência perceptiva do corpo transforma dessa forma o ritual de despedida em uma cerimônia vazia e permeada de um sentimento de surrealidade difícil de ser superado. Este é evidenciado pela negação de um último gesto de cuidado e amor, o de escolher a roupa do falecido, mencionado anteriormente por Patrícia e reiterado posteriormente em sua narrativa:

Meu pai não teve nenhum enterro decente. Não pôde, quer dizer, ele já não poderia escolher a roupa, mas a gente poderia escolher uma roupa bonitinha para colocar ele no caixão. E nem isso a gente teve a chance de fazer. (Patrícia, 2025)

E pela preocupação com o bem-estar físico do pai mesmo após o falecimento, compartilhado por Júlia:

A gente foi pro velório e foi muito estranho, porque a pessoa que morre de COVID, ela tem que ser embalada, né? E não tem aquele velório com o caixão aberto, que a gente conhece. Daí quando eu falei assim, mas ele tá vestindo alguma roupa? E daí a moça, né, falou: "Não, ele tá pelado". A primeira coisa que eu pensei, "mas ele vai sentir frio". A gente não tem uma noção, né, do que tá acontecendo, é muito estranho, mas é o jeito que a nossa cabeça vai

ajudando, né? Ela vai, não, ele vai tá de roupa, ele, ele vai sentir frio, né, não tem como sentir frio. (Júlia, 2025)

A convergência de todos esses relatos aponta para a percepção do fenômeno da morte durante a pandemia de COVID-19 como algo similar a um desaparecimento. Esse sentimento foi relatado de diferentes formas pelos entrevistados. José, por exemplo, descreve a morte de seu tio avô como se “tivessem apertado um interruptor”, Alice por sua vez afirma “parece que ficou no ar [...] tipo, cadê minha avó?”, Adriana relata: “Parece que é mentira, que ela tá viajando, que vai voltar a qualquer momento”, e também Márcia:

[...] parece que a ficha não cai. Eu fiquei mais ou menos uns dois anos, é, escutando uma buzina na frente de casa e eu dizia: "Ai, é alguém que veio dizer que foi engano. É alguém do hospital dizendo que não era ele". Então eu fiquei por volta de uns dois anos ainda com esse sentimento de que o telefone ia tocar, alguém ia me dizer: "Não, ele tá aqui no hospital, foi um engano. (Márcia, 2025)

O protocolo de manter os caixões lacrados, ao eliminarem especificamente a visão do corpo do falecido, gerou essa crise epistêmica dentre os enlutados de nunca terem a certeza absoluta sobre quem de fato foi sepultado e, assim, não terem a prova material do falecimento de seus entes queridos. A súbita falta, adicionada à impossibilidade de ver o ente falecido, criou uma sensação de irrealidade e história inacabada. Dentre todos os entrevistados, Maria foi a única que conseguiu ver o corpo de seu ente querido, e também é a única que afirma que sente que não há pendências:

A gente teve muita sorte, foi que, como ele ficou todos esses dias na UTI, o caixão foi aberto. Então a gente conseguiu se despedir dele, ver ele ali. Isso foi importante também. Porque algumas pessoas que passaram por esse luto do Covid, algumas pessoas até próximas da minha família, o caixão foi lacrado. Então tu não conseguia nem ver o teu ente querido ali, e eu acho que isso foi muito ruim. (Maria, 2025)

Em alguns casos, a necessidade de um adeus coletivo levou por vezes até à quebra de regras, atos que simbolizavam nas narrativas ações para adicionar alguma humanidade ao ritual. Antônia, por exemplo, descreve como a família e amigos desafiaram as restrições, tanto dos protocolos sanitários, quanto do próprio cemitério devido ao carinho que tinham pelo primo:

Tem uma coisa muito louca que aconteceu. Meu primo era um cara muito querido. Então teve um cortejo desde o do velório, de lá do hospital, até o cemitério. Tipo assim, tinham mais de 12 carros e não é exagero, não. [...] todo mundo foi, e todo mundo entrou no cemitério. Tipo, quebraram regras assim. Todo mundo desceu, porque ele era um cara muito querido, muito querido, mesmo. [...] a gente não queria que ele fosse enterrado naquilo de madeira. Então, os meus primos quebraram a caixa de madeira, botaram ele

dentro do caixão e levaram, e carregaram ele. [...] eles colocaram ele em outro caixão para ele não ir naquele de madeira, sabe, aqueles que era só de tábuas. Que é onde eles estavam sendo enterrados, onde a população do Brasil quase toda foi enterrada assim. E, e eles não iam deixar qualquer pessoa levar, então a família, mesmo os primos saíram do carro. E carregaram o caixão dele até ele ser enterrado, jogaram terra. Eles fizeram tudo que um coveiro faria, foi eles que fizeram, foi a minha família que fez, assim. Fez questão de fazer mesmo, entendeu? (Antônia, 2025)

Amanda também relata a quebra de regras e protocolos para trazer humanidade e apoio a sua família no momento do velório:

Para nossa surpresa, foram muitas pessoas para o cemitério, né? Tinham muitas pessoas lá, e as pessoas vinham até nós e, e as pessoas não tinham medo, é, não tinham medo de, de abraçar porque eles sabiam que a gente estava precisando daquele abraço, né? Então, todas as pessoas amigas que foram, que viveram com a gente esse, esse, esse período, assim, foi, foi essencial e eu sou muito grata até hoje, porque eu digo que as pessoas colocaram, colocaram a vida delas em risco para poder acolher a nossa dor. (Amanda, 2025)

Desta maneira, ao analisar os relatos e suas multitudes, percebe-se o impacto que a ruptura nas formas simbólicas de lidar com o fim da vida teve nos indivíduos entrevistados. Ao serem privados dos rituais, do toque, da presença, os familiares vivenciaram a morte como um evento abstrato que gerou intenso sofrimento e dificultou a aceitação do processo. Tornou-se uma ferida coletiva e, ao mesmo tempo, singular na experiência do viver e do morrer.

Esse apagamento simbólico das despedidas corrobora com a denúncia de que a perda de um ente querido durante a pandemia no Brasil foi ativamente agravada por uma estrutura que invisibilizou o sofrimento e objetificou a morte. Através do negacionismo, da desinformação, da omissão deliberada e da instrumentalização ideológica da crise, o governo construiu uma política de morte que expôs milhões de brasileiros à vulnerabilidade extrema (Hur; Cameselle; García, 2021; Muniz et al., 2021). A combinação entre autoritarismo, neoliberalismo e o total desprezo pela ciência produziu um cenário em que morrer tornou-se uma consequência esperada, e não uma tragédia evitável, sentimento ecoado pelos entrevistados escutados nesse trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender sob uma perspectiva psicossocial e da necropolítica de Mbembe (2016) como familiares de vítimas da COVID-19 vivenciaram a perda. A partir dos relatos foi possível perceber que o luto vivenciado durante a pandemia ultrapassou o campo do microcosmo familiar e adentrou o aspecto societal. Os entrevistados compreendem as mortes dos entes queridos como fruto de descaso intencional, adicionando

uma camada de dor e dificultando o processo da aceitação. A necropolítica exercida pelo governo de Jair Bolsonaro durante a pandemia, dessa forma, se manifestou também na administração simbólica e societal do luto. Ao negar a gravidade da crise e ridicularizar o sofrimento, o Estado também negou às famílias o direito à memória, à justiça e ao reconhecimento.

A mobilização da memória, conforme observada nos relatos, articula-se como uma oposição prática à racionalidade necropolítica. Quando o Estado atua para invisibilizar o luto, seja pela redução dos óbitos a meras estatísticas epidemiológicas ou pelo fomento de um esquecimento institucional em prol da normalidade econômica, o ato de lembrar ultrapassa a dimensão íntima e adquire um caráter de insurgência. As narrativas evidenciam que a denúncia contínua e a organização coletiva dos familiares não respondem apenas a uma necessidade de elaboração psicológica ou de catarse diante da dor. Trata-se, fundamentalmente, de um posicionamento ético e cívico. Os enlutados recusam-se a permitir que a história de seus familiares seja apropriada, silenciada ou distorcida pelos mesmos agentes que gerenciaram a crise.

Nesse processo de elaboração, o sofrimento é deslocado também para a esfera pública, tornando-se objeto de disputa narrativa. Assim, ao estruturarem suas histórias, os participantes rejeitam o papel de vítimas passivas, e nomear publicamente as figuras políticas responsáveis, detalhar as falhas nos protocolos hospitalares, questionar a morosidade na aquisição de vacinas e repudiar a violência simbólica dos pronunciamentos oficiais tornam-se mecanismos fundamentais de validação do luto. É uma maneira de materializar a ausência do outro, inserindo-a na história social do país e assegurando que aquelas mortes não sejam tratadas como meros danos colaterais ou fatalidades biológicas. Dessa forma, ao realizar estudos sobre o período da pandemia, torna-se importante ampliar o escopo tradicional da análise do luto, a qual é frequentemente restrita à esfera individual, para incluir as dimensões estruturais e políticas da experiência.

É importante mencionar que, como toda pesquisa qualitativa, este estudo se limitou a um número restrito de participantes. Tentou-se buscar o máximo possível de experiências e de diferentes vivências, porém a maior parte dos entrevistados concentrou-se na região de Santa Catarina. Também houve dificuldade de encontrar entrevistados homens dispostos a contar suas histórias. Há uma prevalência de perspectivas de pessoas brancas e dentro de uma faixa etária da meia idade. Finalmente, por tratar-se de um recorte específico da pesquisa original, o foco analítico privilegiou os discursos sobre a gestão da pandemia, não abarcando as outras dimensões igualmente relevantes que também surgiram ao longo do trabalho inicial.

Sugere-se que futuras pesquisas aprofundem a compreensão das relações entre sofrimento social e necropolítica durante a pandemia em regiões e populações diferentes. Estudos longitudinais também poderiam explorar como essas experiências se reconfiguram ao longo do tempo, especialmente diante da reconstrução da memória coletiva pós-pandemia.

Conclui-se, por fim, que a gestão da pandemia do Governo Federal, ao ser percebida pelos entrevistados como fonte ativa disseminadora de desinformação, negacionismo e de ausência de coordenação, produziu também uma ferida moral, a qual se soma à dor da perda. Os sentimentos de injustiça e revolta emergem como resposta à sensação de que vidas foram sacrificadas em nome de interesses políticos e econômicos. O sofrimento deixa de ser apenas uma reação emocional à morte e passa a integrar um campo ético-político.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR**. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 27 mar. 2025.

BRASIL. Senado Federal. **Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia**: relatório final. Relator: Senador Renan Calheiros. Brasília, DF: Senado Federal, 2021. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/mna/relatorios>. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1191/1478088706qp063oa?needAccess=true>. Acesso em: 05 abr. 2025.

BRUNER, Jerome. **Acts of meaning**: four lectures on mind and culture. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990.

BRUNER, Jerome. **Realidade mental, mundos possíveis**. Porto Alegre: Artmed, 1986.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio; MOTTA, Eugênia de Souza Mello Guimarães; MOURÃO, Victor Luiz Alves. Números emergentes: temporalidade, métrica e estética da pandemia de Covid-19. **Mediações**, Londrina, v. 26, n. 2, p. 311-332, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2021v26n2p311>.

CREPALDI, Maria Aparecida et al. Terminalidade, morte e luto na pandemia de COVID-19: demandas psicológicas emergentes e implicações práticas. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 37, e200090, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200090>.

CROSSLEY, Michele L. **Introducing narrative psychology**: self, trauma, and the construction of meaning. Buckingham: Open University Press, 2000.

CUETO, Marcos; NEELAKANTAN, Vivek; LOPES, Gabriel. The regulation of necropolitics: governmental responses to COVID-19 in Brazil and India in the first year of the pandemic. **SciELO Preprints**, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4244>.

DANTAS, Clarissa de Rosalmeida et al. O luto nos tempos da COVID-19: desafios do cuidado durante a pandemia. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 509-533, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2020v23n3p509.5>.

DUARTE, André de Macedo; CÉSAR, Maria Rita de Assis. Negação da política e negacionismo como política: pandemia e democracia. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, e109146, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/DsjZ343HBXtdVySJcgmX3VS/>. Acesso em: 31 mai. 2025.

GRANADA, Daniel. A gestão da pandemia do coronavírus (Covid 19) no Brasil e a necropolítica: um ensaio sobre uma tragédia anunciada. In: GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (org.). **Cientistas sociais e o coronavírus**. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. cap. 116, p. 541-543. Disponível em: https://anpocs.org.br/wp-content/uploads/2024/03/Livro_Cientistas-Sociais_eo_Coronavirus.pdf. Acesso em: 31 mai. 2025.

HOWITT, Dennis. **Introduction to qualitative research methods in psychology**: putting theory into practice. 4. ed. Harlow: Pearson Education, 2019. Disponível em: <https://www.pearsonhighered.com/assets/samplechapter/h/o/w/i/Howitt%20Web%20Sample.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2025.

HUR, Domênico Uhng; CAMESELLE, José Manuel Sabucedo; GARCÍA, Mónica Alzate. Bolsonaro e Covid-19: negacionismo, militarismo e neoliberalismo. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 21, n. 51, p. 550-569, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8093422>. Acesso em: 12 jun. 2025.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Narrative interviewing. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (ed.). **Qualitative researching with text, image and sound: a practical handbook**. London: SAGE Publications, 2000. p. 57-74. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/30522727_Narrative_Interviewing. Acesso em: 05 abr. 2025.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, dez. 2016.

MORIN, Edgar. **O paradigma perdido: a natureza humana**. Europa-América, 1973. Disponível em https://www.academia.edu/2006942/O_paradigma_perdido_a_natureza_humana. Acesso em 05 abr. 2025.

MUNIZ, Renata Cavalcanti et al. Covid-19 in Brazil in an era of necropolitics: resistance in the face of disaster. **Disasters**, v. 45, p. S97-S118, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1111/disa.12528>.

NASCIMENTO, Crislane Oliveira do. **A Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 – AVICO**: uma análise sobre a morte e o luto em Manaus/AM. 2024. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/262924>. Acesso em: 12 out. 2025.

ORELLANA, Jesem Douglas Yamall et al. Excesso de mortes durante a pandemia de COVID-19: subnotificação e desigualdades regionais no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, e00259120, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00259120>.

PARAGUASSU, Lisandra. Brazil's Bolsonaro rejects plan to buy China's Sinovac vaccine; health minister tests positive. **Reuters**, 21 out. 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-brazil-vaccine-idUSKBN2762S0>. Acesso em: 12 jun. 2025.

RAPOZO, Pedro. The necropolitics of development: socio-environmental conflicts and the cartography of violence among indigenous peoples of the triple Amazonian border Brazil, Colombia and Peru. **Perspectives on Rural Development**, v. 4, p. 227-258, 2020. Disponível em: <http://sibaese.unisalento.it/index.php/prd/article/viewFile/23258/19504>. Acesso em: 12 jun. 2025.

RIESSMAN, Catherine Kohler. Análise narrativa. In: UNIVERSIDADE DE HUDDERSFIELD. **Narrativa, memória e vida cotidiana**. Huddersfield: Universidade de Huddersfield, 2005. p. 1-17.

SCHÜTZE, Fritz. Biography analysis on the empirical base of autobiographical narratives: how to analyse autobiographical narrative interviews. In: FIEDLER, Werner; KRÜGER, Heinz-Hermann (org.). **Sozialwissenschaftliche Prozessanalyse**: Grundlagen der qualitativen Sozialforschung. Opladen: Verlag Barbara Budrich, 2016. p. 75-116.

SCHÜTZE, Fritz. Pressure and guilt: war experiences of a young German soldier and their biographical implications (part 1). **International Sociology**, v. 7, n. 2, p. 187-208, 1992. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/026858092007002005>. Acesso em: 06 abr. 2025.

SUZUKI, Mao; YANG, Shiming. Political economy of vaccine diplomacy: explaining varying strategies of China, India, and Russia's COVID-19 vaccine diplomacy. **Review of International Political Economy**, v. 30, n. 3, p. 865-890, 2023. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09692290.2022.2074514>. Acesso em: 12 jun. 2025.

TELES, Edson. O governo dos corpos. In: TELES, Edson; CALAZANS, Marília (org.). **A pandemia e a gestão das mortes e dos mortos**. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, Centro de Antropologia e Arquivologia Forense (CAAF), 2021. p. 51-56. Disponível em: https://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2022/05/2021_HIRATA-GRILLO-DIRK_GestaoMortes-Mortos_CAAF.pdf. Acesso em: 31 mai. 2025.

WORLDOMETER. **Coronavirus death toll**. [s.l]: Worldometer, 2025. Disponível em: <https://www.worldometers.info/coronavirus/coronavirus-death-toll/>. Acesso em: 27 mar. 2025.

Thiago José Martinelli Schroeder

Psicólogo pelo Centro Universitário Católica de Santa Catarina em Joinville. Pós-graduando em Psicologia Clínica (PUC-RS). Tem interesse em Psicologia Social, Psicologia Política e Psicologia Clínica.

E-mail: thiagoj.martinelli@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-2053-5260>

Ana Beatriz Wanderley de Oliveira Guimarães

Psicóloga pelo Católica de Santa Catarina / Joinville.

Atualmente Residente em Psicologia com especialização em Terapia Intensiva no Hospital Municipal São José de Joinville.

E-mail: biawog@me.com

Orlando Afonso Camutue Gunlanda

Doutor em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGP/UFSC). Mestrado em

Psicologia no mesmo PPGP/UFSC. Especialização e graduação em

Teologia pela Faculdade Refidim (Joinville/SC). Docente na

Universidade de Joinville e Região (Univille), Faculdade Guilherme Guimbala (FGG), Centro Universitário Católica de Santa Catarina -

Joinville e Faculdade Refidim. Integra o Núcleo de Pesquisa em Práticas

Sociais, Estética e Política (NUPRA/UFSC).

E-mail: orlando.gunlanda@catolicasc.org.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1680-1294>

Recebido: 01 de junho de 2026.

Aceito: 01 de julho de 2026.